Publicação da ICC Brasil, com apoio da CGU, estreita cooperação entre setor público e privado e orienta empresas na prevenção de riscos na economia formal. Lançamento aconteceu nesta quinta-feira (30), em São Paulo



Foto: ICC

A Controladoria-Geral da União (CGU) participou, nesta quinta-feira (30/04), em São Paulo (SP), do lançamento do Guia para Empresas sobre Gestão de Riscos Associados às Organizações Criminosas, elaborado pela Câmara de Comércio Internacional (ICC) Brasil com o apoio da CGU. O evento reuniu autoridades públicas e lideranças empresariais para discutir estratégias de prevenção à infiltração do crime organizado na economia formal.

Para o ministro da CGU, Vinícius Marques de Carvalho, o enfrentamento ao crime organizado deve ser tratado como prioridade estratégica para o Brasil. “O combate ao crime organizado não é apenas um desafio de segurança pública, mas uma agenda estratégica para o desenvolvimento econômico do país. Este guia, desenvolvido em parceria com a ICC Brasil, oferece as ferramentas necessárias para que o setor privado atue como um aliado do Estado na proteção da economia formal. Fortalecer a integridade das empresas é fechar as portas para a infiltração criminosa e garantir um ambiente de negócios justo, transparente e competitivo para todos”, destacou.

Representando a CGU, o secretário de Integridade Privada, Marcelo Pontes Vianna, integrou o painel de apresentação do guia e participou de debates técnicos sobre a importância da adoção de medidas de integridade e de gestão de riscos no ambiente corporativo. O encontro reforçou a necessidade de atuação conjunta entre Estado e setor privado no enfrentamento a práticas ilícitas.

Marcelo Pontes reforçou o papel das empresas na prevenção de riscos e na construção de um ambiente de negócios mais seguro. “Não basta que o Estado fiscalize; é preciso que o setor privado esteja capacitado para se proteger. O guia, lançado pela ICC Brasil com nossa colaboração, é um marco na cooperação público-privada para prevenir a infiltração criminosa nas empresas. Integridade e governança são os mecanismos mais eficazes para impedir que o crime organizado utilize a estrutura formal do mercado para lavar dinheiro e corromper o interesse público”.

O secretário também ressaltou que medidas de integridade podem ser acessíveis e aplicáveis a

empresas de todos os portes. “Acho que a principal orientação que o Guia traz hoje é: conheça com quem você se relaciona. Desconfie da origem dos seus parceiros. Muitas informações essenciais, como a composição societária e o capital social de parceiros comerciais, já estão disponíveis em bases públicas. É fundamental que as empresas utilizem esses dados para conhecer melhor com quem se relacionam. A ideia de que programas de compliance são caros ou complexos precisa ser desmistificada. Na verdade, eles representam proteção. Hoje, existem ferramentas gratuitas e acessíveis que permitem implementar boas práticas de integridade de forma eficiente”, complementou.

Além do lançamento da publicação, o evento contou com painel técnico sobre a gestão de riscos associados às organizações criminosas.

“O crime organizado não é mais um problema só de segurança pública, mas, sim, um problema que aflige o setor empresarial, a nossa economia. E não existe um órgão, uma entidade pública ou privada que vai dar conta sozinha desse problema tão complexo. Temos trabalhado muito em parceria com o setor privado”, avaliou Pontes.

Durante o evento, a chefe das Relações Governamentais (Head de Policy) da ICC Brasil, Paula Costin, enfatizou a importância da interlocução entre governos e empresas para que sejam encontradas soluções conjuntas em temas tão complexos quanto à infiltração de organizações criminosas na economia do país.

Sobre o Guia

O Guia para Empresas sobre Gestão de Riscos Associados às Organizações Criminosas foi elaborado para apoiar o setor privado na identificação, prevenção e mitigação de riscos ligados à atuação do crime organizado na economia formal. A publicação reúne orientações práticas para o fortalecimento de programas de integridade, com ênfase em políticas de compliance, mecanismos de governança e controles internos eficazes, além de destacar a importância da gestão de terceiros e da verificação de informações sobre parceiros comerciais para garantir relações mais seguras e transparentes.

O documento também alerta para o avanço e a sofisticação do crime organizado no ambiente empresarial brasileiro, evidenciando práticas como infiltração em negócios legítimos, lavagem de dinheiro, fraudes e crimes cibernéticos, que impactam a economia, a concorrência e a reputação das empresas. Diante desse cenário, recomenda a adoção de abordagens estruturadas de gestão de riscos, com foco em prevenção, monitoramento contínuo e resposta a incidentes, além de reforçar a necessidade de cooperação entre os setores público e privado e de constante adaptação das estratégias empresariais. Ao consolidar essas diretrizes, o guia destaca o papel estratégico das empresas na promoção da integridade, transparência e sustentabilidade do ambiente de negócios.

Acesse o guia completo aqui.

Fonte: Controladoria-Geral da União, em 30.04.2026